



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000128604

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0001405-51.2012.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes RODRIGO PEREIRA DE SOUZA e MARIA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, é apelado IRACI APARECIDA SIQUEIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente) E JOSÉ AUGUSTO GENOFRE MARTINS.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

MÁRIO DACCACHE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 0001405-51.2012.8.26.0002

Apelante: Rodrigo Pereira de Souza

Apelante: Maria José Pereira da Silva

Apelado: Iraci Aparecida Siqueira

Comarca: São Paulo

Juiz (a):

Voto nº 1725

Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Procedência parcial da sentença - Condenação dos réus no pagamento de indenização moral arbitrada em R\$ 60.000,00, em solidariedade - Pedido de pensão negado - Corréus que recorrem de modo independente - Corré proprietária do veículo que defende a nulidade da sentença por cerceamento probatório - Inocorrência - Prova oral que pretendia produzir deferida pelo juízo da causa - Pessoa arrolada para o depoimento, seu filho, que todavia não compareceu ao ato - Fato que pretendia provar (venda do veículo ao litisconsorte antes do acontecimento do sinistro), que deveria ter sido demonstrado por meio de algum documento pelo menos - Corréu condutor do veículo no momento do acidente que pleiteia a minoração do valor indenitário arbitrado - Ausência de elementos por ele apresentados capazes de modificar o valor da condenação - Sentença mantida - Recursos improvidos.

1. Versam os autos sobre **ação indenizatória** fundada em acidente de trânsito que culminou com o óbito da filha da autora.

A **sentença** p. 249/256 julgou parcialmente procedente a ação para condenar os réus, em solidariedade, a pagarem à autora indenização moral fixada em R\$ 60.000,00, com atualização monetária e juros de mora especificados, afastando, porém, a pretensão da requerente ao recebimento de pensão.

Apelam ambos os réus, por meio de razões independentes.

Rodrigo Pereira de Souza, a p. 263/272, em resumo, pugna pela redução do valor indenizatório arbitrado na sentença.

A p. 275/279, **Maria José Pereira da Silva** sustenta a nulidade da sentença por cerceamento probatório, uma vez que a testemunha por ela arrolada, para comprovar o fato de que havia vendido o veículo causador do acidente a seu litisconsorte ante do acontecimento do sinistro, não foi ouvida pelo juízo singular, impedindo assim a comprovação de fato que culminaria com o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva.

Recursos recebidos e processados.

Contrarrazões a p. 285/288 e a p. 290/294.

É o relatório.

2. Inicia-se o julgamento pelo exame da apelação de Maria José Pereira da Silva, pois o conteúdo é prejudicial ao recurso de seu litisconsorte, Rodrigo Pereira de Souza.

Cerceamento ao direito de produzir a prova testemunhal requerida pela recorrente não houve.

Apesar de a pessoa arrolada para ser ouvida em juízo pela corré Maria José ser seu filho, conforme ela mesma afirmou a p. 171, o que, portanto, a impediria de ser ouvida como testemunha, mesmo assim houve complacência por parte do juízo singular, que determinou a sua intimação pessoal para

comparecimento na audiência de instrução designada. O filho da apelante foi intimado pessoalmente (p. 182), mas não apareceu para o ato. Aliás, nem mesmo as partes se dignaram de comparecer à audiência (p. 183).

De qualquer maneira, ainda que o filho da apelante tivesse prestado depoimento ao juiz da causa, não se vislumbra possibilidade de que apenas essa prova oral, sem outros elementos robustos, confirmassem a tese de que o veículo teria sido alienado por Maria José a Rodrigo um dia antes do fatídico acidente.

Ora, é verdade que a compra e venda de veículo automotor se comprova pela tradição e não pela transferência da titularidade do bem perante o órgão de trânsito. Porém, nesses casos, além da entrega das chaves ao comprador, é comum que os envolvidos na negociação tenham documentos comprobatórios da transação. Seja o documento de transferência (DUT) preenchido e assinado em cartório extrajudicial, seja um recibo simples de quitação do preço, ou mesmo um comprovante de depósito em conta.

A apelante não fez nenhuma prova nesse sentido nos autos e o depoimento de seu filho, além de ser prova de qualidade duvidosa em razão da relação de parentesco, não serviria por si só como prova suficiente à comprovação da alegada venda.

Assim, não havendo a alegada nulidade no processamento da fase instrutória do processo, o apelo da corré Maria José não tem provimento.

Passa-se ao exame do apelo do litisconsorte passivo

Rodrigo Pereira de Souza, a quem se confere os benefícios da gratuidade pugnados na apresentação do recurso.

Todavia, seu recurso não terá melhor sorte.

Segundo a jurisprudência do STJ, **“na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado”**. (Tema 707: REsp 1.374.284, 2ª Seção, rel. Min. Felipe Salomão, j. 27.8.2014).

Com efeito, a aplicabilidade das ponderações dessa tese passa pela exposição da situação financeira do ofensor, demonstrando suas condições de impossibilidade de suportar condenação elevada a título de danos morais.

No caso dos autos, o ora apelante, deixou a ação tomar seu curso à sua revelia. Ficou silente em todo o processamento da demanda, vindo, porém, somente na fase recursal para defender a desproporcionalidade e desarrazoabilidade do valor condenatório.

Nem mesmo na fase recursal houve qualquer tipo de demonstração da sua situação econômica para permitir a reavaliação do valor condenatório.

Frise-se, ademais, que o arbitramento da indenização moral em R\$ 60.000,00 a favor da autora, mãe da vítima que teve a vida ceifada em idade tenra (19 anos), foi razoável, considerando-se outros valores que se tem fixado em casos análogos de pedido de danos morais fundado na dor causada pela morte de ente querido. De se notar também que a condenação não é exclusivamente imputada ao apelante Rodrigo, mas também à sua litisconsorte Maria José, em razão da solidariedade reconhecida na sentença ora recorrida.

Em suma, sob meu ponto de vista, a sentença deu ao caso solução razoável, justa e jurídica e deve, por isso, ser mantida.

Por fim, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, elevo os honorários advocatícios já fixados em primeiro grau em desfavor dos réus para 17% sobre a mesma base estabelecida, ressalvada a suspensão da exigibilidade (art. 98, § 3º, CPC).

3. Pelo exposto, proponho o improvimento dos apelos dos réus. É como voto.

MÁRIO DACCACHE
Relator